



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682634 - RO (2021/0234071-9)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**PACIENTE** : GERVASIO MARQUES CORREA FILHO (PRESO)

**PACIENTE** : RONALDO MERQUIADES (PRESO)

**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GERVASIO MARQUES CORREA FILHO e RONALDO MERQUIADES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0805654-14.2021.8.22.0000).

Os pacientes foram denunciados pela suposta prática da conduta descrita no artigo 157, § 2º, incisos I e II c/c §2º-A, do Código Penal.

O impetrante sustenta a existência de nulidade processual, tendo em vista que a denúncia estaria baseada apenas no reconhecimento fotográfico, inexistindo justa causa para a ação penal.

Afirma restar violado o disposto no art. 226 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para determinar o trancamento da ação penal ou, subsidiariamente, determinar a sua suspensão, até o julgamento do *writ*, com a consequente revogação da prisão preventiva dos pacientes. No mérito, postula pela confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, segundo consta no acórdão impugnado (e-STJ fls. 9-10):

*Outrossim, a justa causa se constitui em condição da ação penal, consubstanciada no lastro probatório mínimo, indicativo da autoria e da materialidade. Portanto, a concessão da ordem para que se determine o trancamento da ação penal depende da demonstração indubitável dos requisitos necessários, quais sejam, comprovação da atipicidade da conduta, comprovação da extinção da punibilidade e comprovação da inexistência de indícios de autoria e prova da materialidade. No caso dos autos, narra a denúncia que os pacientes subtraíram, mediante grave ameaça, exercida com arma de fogo, uma motocicleta, capacete, celular, relógio, pulseira e a quantia de R\$ 190,00. A vítima estava em sua residência quando os denunciados chegaram em*

*duas bicicletas e praticaram o ato delituoso. Posteriormente, evadiram-se do local pilotando a motocicleta roubada da vítima, deixando as bicicletas no chão. Consta na ocorrência policial que a guarnição policial reconheceu uma das bicicletas deixadas no local, pois esteve envolvida em uma ocorrência horas antes, que gerou o TCO 3072700492. Quando foram mostradas fotos dos dois abordados no referido TCO, sendo reconhecidos pela vítima como autores do roubo. Posteriormente, a vítima compareceu à delegacia, oportunidade em que foi lavrado o auto de reconhecimento de pessoa através de fotografia, id n. 12581744 - Pág. 10 e seguintes. Portanto, em que pese os argumentos da impetrante, não há como afastar os indícios de autoria em desfavorecer dos pacientes, uma vez que a vítima compareceu à delegacia para confirmar o reconhecimento, que restou devidamente formalizado.*

*[...]*

*Ressalte-se ainda que a análise mais aprofundada em elementos de autoria não é admitida pela via do habeas corpus, dados os seus estreitos limites. Destaco que para o recebimento da denúncia, suficiente a existência de elementos indiciários da prática delitiva, diferentemente da condenação criminal. Assim, tenho que não demonstrada manifesta ausência de justa causa a ensejar o trancamento da ação penal. Por fim, vale frisar que o julgado mencionado do STJ quanto ao reconhecimento fotográfico de pessoa não é aplicável ao caso, ao menos em sede de HC que se pretende o trancamento da ação penal, uma vez que o STJ no referido julgado (HC 598.886-SC) destaca as formalidades necessárias para o reconhecimento e a necessidade de que seja corroborada por outras provas colhidas na fase judicial.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência